

### FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR CHOPIN TAVARES DE LIMA

#### Comunicado

Balanco Patrimonial da Fundação para o Remédio Popular "Chopin Tavares de Lima" - FURP referente ao exercício de 2020.

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP C.N.P.J. Nº 04.543.000/1-9			
Balancos Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)		Demonstração dos Fluxos de Caixa Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)	
Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4 11.050	11.333	
Aplicações financeiras	5 19.399.895	20.613.724	
Contas a receber de clientes	6 18.948.398	13.063.208	
Estoques	8 32.935.981	29.009.349	
Outros créditos	7a 673.001	2.081.207	
Despesas pagas antecipadamente	9 210.052	220.600	
	72.378.384	64.999.421	
<b>Não circulante</b>			
Outros créditos	7b 5.196.100	6.531.954	
Imobilizado	10 108.981.165	127.263.441	
Intangível	11 40.933	104.425	
	114.198.198	133.999.820	
<b>Total do ativo</b>	<b>186.576.582</b>	<b>198.999.241</b>	
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	12 133.189.464	123.530.778	
Obrigações fiscais	13 151.620	393.608	
Obrigações trabalhistas	14 11.606.594	11.927.728	
Contas a pagar	15 1.745.332	3.409.181	
Adiantamentos SES/CPM	16 3.826.749	3.826.749	
Subvenções para investimentos	17 18.493.347	18.105.983	
	165.196.357	161.194.927	
<b>Passivo não circulante</b>			
Provisões fiscais, previdenciárias e trabalhistas	18 171.240.718	154.582.291	
(-) Contingências precatórias	(121.240.718)	(142.010.388)	
	50.000.000	12.571.903	
<b>Patrimônio social</b>			
Fundo patrimonial	123.866.939	123.866.939	
Subvenções para investimentos	16.320.056	16.320.056	
Deficit acumulado	(104.108.770)	(94.072.373)	
Ajustes de Exercícios Anteriores	(6.193.311)	(6.193.311)	
	21.390.225	25.233.311	
<b>Total do passivo</b>	<b>186.576.582</b>	<b>198.999.241</b>	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Demonstração do Resultado</b> Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)			
Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	
<b>Receita operacional bruta</b>			
Vendas de produtos, mercadorias, serviços e convênios	19 175.495.040	277.824.602	
Deduções da receita operacional bruta	(308.919)	(875.793)	
Devolução de mercadorias e abatimentos	(308.919)	(875.793)	
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>175.186.121</b>	<b>276.948.809</b>	
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	<b>(64.768.480)</b>	<b>(193.240.786)</b>	
<b>Superávit bruto operacional</b>	<b>110.417.641</b>	<b>83.708.023</b>	
<b>(Desp.) receitas operacionais</b>	<b>21</b>		
Com pessoal	(28.591.426)	(28.726.705)	
Administrativas e gerais	(26.045.921)	(29.521.987)	
Outras receitas e despesas operacionais	(55.867.118)	(56.251.770)	
	(110.594.465)	(114.502.462)	
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(44.977)</b>	<b>(99.753)</b>	
<b>Deficit antes do resultado financeiro</b>	<b>(131.801)</b>	<b>(30.894.192)</b>	
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(3.711.285)</b>	<b>(5.707.804)</b>	
<b>Deficit líquido do exercício</b>	<b>(3.843.086)</b>	<b>(36.601.996)</b>	
AGNALDO DE AZEVEDO CARNEIRO DENISE PRESTES PIRES Contador CRC-SP Nº 128211/O-5 Gerente Financeiro			
DOMINGOS FERRONATO Gerente Geral da Divisão Adm. e Financeira Respondendo pela Superintendência da FURP Nos Termos do Ato Normativo SUP nº 01/2019			
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b> Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)			
	Subvenções para investimentos	Deficit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	123.866.939	1.627.970	(57.470.377)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	123.866.939	1.632.056	(100.265.684)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	123.866.939	1.632.056	(104.108.770)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>América Brasileira</b>			
O Contrato de Concessão Administrativa nº 002/2013 foi suspenso parcialmente em 02/01/2020, e tal suspensão foi prorrogada até 30/06/2021 para permitir que a FURP e a CPM encontrem uma resolução amigável para rescisão contratual. Durante este período de suspensão contratual não houve produção de medicamentos, ficando a cargo da Concessionária apenas a manutenção do patrimônio público até o encerramento do término contratual.			
<b>Convênios e Parcerias</b>			
A FURP possui 5 convênios firmados com o Ministério da Saúde no período de 2011 a 2013 visando o atendimento de exigências regulatórias e melhoria dos processos. Em Dezembro de 2020 foram aprovados pelo Conselho Deliberativo os processos nº 81.245, 87.856 e 88.332 referentes a contratação dos serviços para a reforma dos laboratórios de controle de qualidade e desenvolvimento farmacotécnico no prédio B e o processo nº 87.181 para reforma do almoxarifado de produtos acabados com climatização da área, na qual encontra-se em fase de elaboração dos editais para contratação dos serviços e estamos aguardando as aprovações pelo Ministério da Saúde das solicitações para revisão dos planos de trabalhos para os projetos referente as reformas prediais nas instalações da unidade de Guarulhos, reformas das áreas produtivas de líquidos e penicilinos e para reforma da central de pesagem e cabines de amostragem. (vide nota explicativa nº 17).			
<b>2 Apresentação das demonstrações financeiras</b>			
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros, à luz das disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a interpretação Técnica ITC 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, e com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.			
A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Fundação em 01 de março de 2021			
<b>3 Principais práticas contábeis</b>			
<b>a) Base de mensuração</b>			
As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.			
<b>b) Estimativas contábeis</b>			
As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem provisões			
para perdas sobre créditos, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas de vida útil de determinados ativos e outros similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.			
<b>c) Contas a receber de clientes</b>			
As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contemplam as matérias-primas, outros materiais de produção, os custos de mão de obra direta, outros custos diretos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis, baseados na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.			
O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.			
<b>d) Estoques</b>			
Avaliados ao custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contemplam as matérias-primas, outros materiais de produção, os custos de mão de obra direta, outros custos diretos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis, baseados na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.			
O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.			
<b>e) Aplicações financeiras</b>			
Representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimentos e poupança, correspondem a aplicações de liquidez imediata e vinculadas aos convênios firmados junto ao Ministério da Saúde, e encontram-se demonstradas ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço (vide notas explicativas nº 5 e nº 17).			
<b>f) Demais ativos circulantes e não circulantes</b>			
São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, inclusive, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os direitos realizáveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como não circulante.			
<b>g) Imobilizado</b>			
Demonstrado pelo custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais. (vide nota explicativa nº 10).			
<b>h) Intangível</b>			
Demonstrado pelo custo de aquisição menos as amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais. (vide nota explicativa nº 11).			
<b>i) Avaliação do valor recuperável de ativos ("impairment")</b>			
A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.			
<b>j) Provisões fiscais, previdenciárias e trabalhistas</b>			
As provisões são reconhecidas quando a FURP tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.			
<b>k) Demais passivos circulantes e não circulantes</b>			
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis com base na legislação vigente ou, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As obrigações exigíveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificadas no passivo não circulante.			
<b>l) Ajuste do resultado</b>			
O resultado e ajuste pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e sobre os passivos circulantes e não circulantes.			
<b>4 Caixa e equivalentes de caixa</b>			
	31/12/2020	31/12/2019	
Fundo fixo de transportes	10.000	10.000	
Bancos conta movimento	1.050	1.333	
	11.050	11.333	
Para fins das demonstrações de fluxo de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e outras aplicações com convertibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.			
<b>5 Aplicações financeira</b>			
	31/12/2020	31/12/2019	
Fundos de investimentos			
Banco do Brasil	1.801.931	3.399.842	
Conta poupança (convênios com o Ministério da Saúde)			
Banco do Brasil	17.597.964	17.213.882	
	19.399.895	20.613.724	
Os recursos mantidos em conta poupança correspondem às subvenções recebidas do Ministério da Saúde, cujas destinações estão apresentadas na nota explicativa nº 17.			
<b>6 Contas a receber de clientes</b>			
	31/12/2020	31/12/2019	
Valores referentes a contratos com Repasse Orçamentário do Tesouro (Preto e Branco)	5.664.100	5.027.902	
Prefeituras Municipais	3.726.848	1.977.890	
Ministério da Saúde	11.010.596	2.656.951	
Demais Clientes	4.370.128	9.590.637	
	24.771.672	19.253.380	
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(8.263.261)	(6.189.172)	
	18.948.398	13.063.208	
continua ->			

**FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP**

C.N.P.J Nº 43.640.754/0001-19

As "perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa" no exercício de 2020, no valor de R\$ 5.823.261 (Em 2019, R\$ 6.189.172) foi calculada com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e é considerada suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A contabilização teve como contrapartida contas de despesas operacionais (despesas administrativas).

31/12/2019	Reversões	Constituições	31/12/2020
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa			
6.189.172	(2.107.807)	1.741.896	5.823.261
6.189.172	(2.107.807)	1.741.896	5.823.261

7	Outros créditos	31/12/2020	31/12/2019
a. Circulante			
Créditos de funcionários (i)	665.536	56.601	
Outras contas a receber	1.782.594	2.024.606	
	2.448.130	2.081.207	
Perdas estimadas em outras contas a receber	(1.575.129)	-	
	873.001	2.081.207	

As "perdas estimadas em outras contas a receber" no exercício de 2020, no valor de R\$ 1.575.129 foi calculada com base nos créditos sem ressarcimento de funcionários cedidos às unidades da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.

b. Não circulante	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais (ii)	5.106.570	6.481.478
IPI a recuperar (iii)	89.530	50.476
	5.196.100	6.531.954

(i) **Créditos de funcionários**  
Corresponde aos pagamentos de antecipação de férias de funcionários.

(ii) **Depósitos judiciais**  
Corresponde a depósitos efetuados decorrentes de ações judiciais, atualizados até a data das demonstrações financeiras, aguardando decisão judicial.

(iii) **IPI a recuperar**  
Corresponde à crédito de IPI incidentes nas aquisições de insumos empregados na fabricação de produtos, isentos ou tributados à alíquota zero.

8	Estoques	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	13.082.071	9.790.449	
Produtos em elaboração	2.715.566	1.116.911	
Matérias primas e auxiliares	14.148.719	15.935.476	
Material diversos	5.503.856	4.651.680	
Provisão para perdas	(2.514.231)	(2.485.167)	
	32.935.981	29.009.349	

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzidos por provisão para perda provável, calculada basicamente em função do vencimento de seus prazos de validade, de obsolescência e de materiais e produtos rejeitados que não poderão mais ser aproveitados.  
O controle físico dos estoques é realizado através de inventário rotativo e inventário físico realizado em novembro/2020.

9 **Despesas pagas antecipadamente**  
O montante de R\$ 210.059 (Em 2019, R\$ 220.600) corresponde basicamente a prêmios de seguros a apropriar.

10	Imobilizado	31/12/2020	31/12/2019
Custo			
Terenos (i)	-	1.441.087	1.441.087
Edificações	25	162.600.930	162.600.930
Máquinas e equipamentos	10	102.765.876	102.784.288
Móveis e utensílios	10	5.783.502	5.890.787
Instalações	10	25.422.659	25.430.553
Instalações - Prédios	10	78.637.545	78.637.545
Veículos	5	2.430.037	2.430.037
Ferramentas	5	771.772	777.193
Equipamentos de informática	5	3.828.441	3.830.713
		383.681.849	383.823.133
Depreciação acumulada		(276.558.269)	(258.278.848)
		107.123.580	125.544.285

Imobilizado em andamento

	1.837.585	1.819.156
	1.837.585	1.819.156
	108.961.165	127.363.441

(i) O terreno (imóvel urbano designado Área "A", com uma área superficial de 29.652 metros quadrados) no valor de R\$ 1.441.087 foi recebido através de doação da Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense conforme matrícula nº 18.575 do 2º registro de Imóveis da Comarca de Araraquara-SP - ref. Processo SES Nº 001.0001.002.987/2004 (Escritura Pública de Doação sem Reserva de 16/10/2013).

Terreno Unidade Guarulhos  
Através do Decreto nº 57.543, de 25 de novembro de 2011, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Geraldo Alckmin, autorizou a Fazenda do Estado a Permitir o Uso a Título Precário e por prazo indeterminado, em favor da FURP, no Município de Guarulhos, área de 192.032,67 metros quadrados, onde está implantado seu Parque Industrial.

Terreno Unidade Américo Brasiliense  
Através do Decreto nº 47.214 de 15 de outubro de 2002, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Geraldo Alckmin, autorizou a Fazenda do Estado a Permitir o Uso a Título Precário e por prazo indeterminado, em favor da FURP, no Município de Américo Brasiliense, área de 232.555,57 metros quadrados, onde está implantado seu Parque Industrial.  
Os terrenos da Unidade de Guarulhos e da Unidade de Américo Brasiliense, não fazem parte do Imobilizado da FURP. Conforme oficial circular nº 00002/CGE de 04/07/2017, foram registrados no Balanço Geral do Estado de 2016 e 2017.

Movimentação do imobilizado	31/12/2019	Adições	Baixas/Transferências	31/12/2020
Custo				
383.823.133	12.765	(167.636)	18.120	383.686.382
Depreciação	(258.278.848)	(18.434.266)	150.312	-
				(276.558.202)

Em andamento	1.819.156	75.669	(39.120)	(18.120)	1.837.585
	127.363.441	(18.345.832)	(56.444)	-	108.961.165

A depreciação do exercício de R\$ 18.434.266 (Em 2019, R\$ 19.457.020) foi apropriada ao custo dos produtos e em despesas administrativas e gerais.

11	Intangível	31/12/2020	31/12/2019
Sistemas aplicativos (software)	4.567.457	4.567.458	
Amortização acumulada	(4.526.524)	(4.463.033)	
	40.933	104.425	

Movimentação do intangível	31/12/2019	Adições / Baixas	31/12/2020
Custo	4.567.457	-	4.567.457
Amortização	(4.463.032)	(63.492)	(4.526.524)
	104.425	(63.492)	40.933

A amortização do exercício de R\$ 63.492 (Em 2019, R\$ 71.734) foi apropriada ao custo dos produtos e em despesas administrativas e gerais.

12	Fornecedores	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	95.299.399	90.479.124	
Fornecedores internacionais	(4.656.989)	2.996.771	
	99.956.388	93.475.895	
Correção monetária e juros - CPM	31.585.746	28.920.417	
Correção monetária e juros - Fornecedores em geral	1.647.330	1.134.466	
	33.233.076	30.054.883	
	133.189.464	123.530.778	

Abaixo relacionamos os principais credores que compõe a relação acima:

	31/12/2020	31/12/2019
CPM	73.644.399	73.644.399
Logística	1.317.596	2.364.811
PDP (Ativus, Injflex e EMS)	3.306.555	3.483.886
Serviços	6.450.976	5.935.869
Insumos	15.236.862	8.046.930
	99.956.388	93.475.895

Correção monetária e juros  
Os juros de R\$ 1.647.330 (em 2019, R\$ 1.134.466) foram atualizados monetariamente conforme as cláusulas contratuais com base na variação do IPC-FIPE mais juros de 0,5% ao mês "pro rata die" sobre o atraso verificado até a data base.  
Os juros da CPM de R\$ 31.585.746 (em 2019, R\$ 28.920.417) foram atualizados monetariamente conforme a cláusula contratual correspondente à variação *pro rata temporis* da taxa SELIC e multa pecuniária de 2,0% sobre o valor em aberto.

13	Obrigações fiscais	31/12/2020	31/12/2019
Pasep a recolher	74.406	75.486	
Retenção para seguridade social	45.706	75.515	
Impostos sobre serviços	25.482	34.396	
IRRF a recolher	6.046	207.211	
	151.620	393.608	

14	Obrigações trabalhistas	31/12/2020	31/12/2019
Férias	5.280.543	5.357.597	
INSS e FGTS sobre férias	2.042.769	2.067.120	
Salários a pagar	1.652.699	1.598.903	
Obrigações sociais a pagar	1.479.929	1.523.184	
FOTTS a recolher	448.183	458.340	
IRRF sobre folha	421.341	628.757	
Empréstimos funcionários	158.233	171.891	
Contribuições prevcom	69.626	69.311	
Pensão Alimentícia	32.384	31.321	
Mensalidade do sindicato	20.742	21.304	
Penhora judicial a pagar	145	-	
	11.606.594	11.927.728	

15	Contas a pagar	31/12/2020	31/12/2019
Contas a pagar	1.745.332	3.408.181	
	1.745.332	3.409.181	

São passivos apropriados por competência e que serão faturados no exercício seguinte, relacionados especialmente aos seguintes serviços: segurança patrimonial, energia elétrica, restaurante industrial, transportes de funcionários, assistência médica e água e esgoto.

16 **Adiantamentos SES/CPM**  
Corresponde ao saldo em 2019 de estoque de produtos acabados CPM de R\$ 3.826.749. Quando da distribuição dos produtos à Secretaria da Saúde de São Paulo, ocorre o registro da baixa contábil, não impactando os valores de receitas e custos de 2020.

17	Subvenções para investimentos	31/12/2020	31/12/2019
Subvenções para investimentos			
Convênio 759.418/2011	4.028.938	3.938.869	
Convênio 771.247/2012	3.295.413	3.224.952	
Convênio 474.074	1.474.074	4.083.673	
Convênio 794.772/2012	6.994.922	6.858.489	
	18.493.347	18.105.983	

Correspondem às subvenções recebidas do Ministério da Saúde e mantidas em aplicações financeiras específicas (vide nota explicativa nº 5) para atendimento aos convênios apresentados a seguir. Após as conclusões das obras, os itens serão reconhecidos no ativo imobilizado e creditados à reserva própria no Patrimônio Social.

i. 759.418/2011: Reforma de boxes dedicados para amostragem de matérias primas e reforma da cabine de pesagem de insumos farmacêuticos. Foi encaminhada proposta de ajuste ao plano de trabalho, do qual aguardamos resposta do Ministério da Saúde para realização da licitação;

ii. 771.247/2012: Adequação do almoxarifado de produtos acabados Termolábeis. Encontra-se em fase de contratação o processo nº 87.181 para execução dos serviços;

iii. 771.252/2012: Adequação das instalações prediais das áreas de apoio, produtivas, administrativas e áreas externas da unidade fabril de

Guarulhos. Foi encaminhada proposta de ajuste ao plano de trabalho, do qual aguardamos resposta do Ministério da Saúde para realização da licitação;

iv. 794.772/2013: Reforma dos laboratórios físico-químico e microbiológico, concluída a meta 3, reforma do laboratório do prédio 25. Foram emitidos os processos de contratação nºs 87.245, 87.854 e 88.332 para a execução dos serviços.

18 **Provisões fiscais, previdenciárias e trabalhistas**

Com base no Decreto Estadual nº 55.300, no qual o Estado de São Paulo opta pelo pagamento de seus precatórios judiciais, da administração direta e indireta, o montante de R\$ 34.971.419 já foi transformado em precatório para posterior pagamento pelo Estado. A Fundação é uma Entidade pública da administração indireta do Estado de São Paulo por isso, a totalidade suas ações judiciais serão pagas pelo Estado por meio de precatórios, a exemplo dos montantes já transformados. Com base neste cenário, as contingências da Fundação se enquadram no conceito de passivo contingente da NBC TG 25 (R1), não cabendo registro de provisão, uma vez não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.

Abaixo demonstramos as contingências nas quais a Fundação por parte passiva, além dos montantes envolvidos, de acordo com os assessores jurídicos, bem como as contas de reversão destas contingências, a serem pagas pelo Estado de São Paulo.

	31/12/2020	31/12/2019
Causas trabalhistas	125.028.700	111.013.416
Causas trabalhistas - Precatório	34.971.419	28.683.261
Causas cíveis	6.014.884	9.994.457
Causas tributárias e fiscais	5.225.715	4.711.157
	171.240.718	154.402.291

(-) Contingências precatório (conta devedora) (136.269.299) (113.147.127)  
(-) Ações em precatório (conta devedora) (34.971.419) (28.683.261)  
(-) Ações em precatório (171.240.718) (141.830.388)  
- - - - - 12.571.903

A contingência de precatório no exercício foi de R\$ 171.240.718 (Em 2019, R\$ 141.830.388) seu registro contábil teve como contrapartida conta redutora do passivo não circulante.

Em 2020 não houve registro de provisão fiscal, previdenciária e trabalhista, (em 2019, foi de R\$ 12.571.903).

Movimentação no exercício de 2020:

	31/12/2019	Adições e Pagamentos baixas, líquidas	31/12/2020
Trabalhistas	111.013.415	(4.348)	14.019.633
Trabalhistas - precatório	28.683.261	-	6.288.157
Cíveis	9.994.458	-	(3.979.573)
Fiscais	4.711.157	-	514.558
	154.402.291	(4.348)	16.842.775
(+) Contingências precatório (conta devedora)	(141.830.388)	-	(29.410.330)
	12.571.903	(4.348)	(12.567.555)

Os pagamentos efetuados são compostos por custas processuais no valor de R\$ 4.348 Adicionalmente, a Fundação possui causas com risco de perdas consideradas pelos assessores jurídicos como "possíveis" nos seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Causas trabalhistas	3.880.314	3.146.374
Causas cíveis	14.059.341	11.427.381
Causas tributárias e fiscais	89.685.647	87.438.792
	107.605.302	102.072.547

As causas trabalhistas, são conduzidas pelo assessor jurídico externo China Faria Advogados Associados, trata-se de processos de funcionários da Fundação e empregados de terceiros.

As causas cíveis, são conduzidas pela Gerência Jurídica interna, trata-se de processos cujos autores são: empresas prestadoras de serviços e fornecedores de insumos.

As causas fiscais, são conduzidas pelo assessor jurídico externo Vella Pugliese e Buosi Guidoni, trata-se de processos cujo autor é a Receita Federal do Brasil.

19 **Receita operacional líquida**

	31/12/2020	31/12/2019
Por cliente e por tipo de negócio		
Ministério da Saúde	41.516.981	36.313.260
Órgãos Públicos, Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Santas Casas, Entidades Particulares e Entidades dependentes do tesouro (Diversos)	9.630.637	30.316.313
Contratos de Vendas de Medicamentos	51.147.618	66.629.571

Repasse Orçamentário Tesouro (Dose Certa) 83.445.806 60.419.551  
Fundos (Dose Certa) 31.704.727 36.293.425  
Logística 2.999.877 15.789.078  
Secretaria da Saúde de São Paulo 118.150.410 112.502.054

Parceria Público-Privada PPP 6.197.012 95.113.132  
Filial Hospital das Clínicas - 3.579.845  
175.495.040 277.824.602

20	Custo Operacional	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos Produtos Vendidos (Diversos)(7.070.865)			(26.669.923)
Custos dos Produtos Vendidos Ministério da Saúde			(26.469.347)
Custos dos Produtos Vendidos - CPM			(95.113.132)
Custos dos Produtos (Dose Certa)			(25.546.873)
Custos dos Serviços de Logística (2.719.142)			(15.861.666)
Custos dos Produtos do Convênio HC			(3.579.845)
			(64.768.480)
			(193.240.786)

21 **Despesas com Pessoal, Administrativas e Gerais**

Pessoal e Encargos	31/12/2020	31/12/2019
Salários	(12.974.121)	(12.955.658)
Contribuição ao INSS	(5.358.895)	(5.092.941)
Adicional Tempo Serviço e Sexta-Parte	(2.320.156)	(2.541.493)
Férias	(1.709.058)	(2.622.051)
		continua -->



**FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP**

C.N.F.J Nº 43.640.734/0001-19

		31/12/2019	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição ao FGTS		(1.665.311)	(1.543.433)		
Décimo-Terceiro Salário		(1.329.426)	(1.597.895)		
Seguro de Acidente de Trabalho		(821.123)	(769.594)		
Boleia de Aprendizagem		(322.134)	(486.989)		
Auxílio Doença/Gestante		(241.675)	(275.252)		
Prevcom - Patrocinador		(229.720)	(215.644)		
Contribuição Papep		(186.657)	(188.765)		
Gratificação Conselho Deliberativo		(123.129)	(100.126)		
<b>31/12/2019</b>		<b>Reversões</b>	<b>Constituições</b>	<b>31/12/2020</b>	
Responsabilidade Técnica		(95.386)	(96.584)		
Descanso Semanal Remunerado		(70.857)	(77.105)		
Adicional Noturno		(61.463)	(75.583)		
Contribuição Ao Senai		(33.949)	(36.211)		
Salário Maternidade		(15.406)	-		
Aviso Prévio e Indenizações		(14.377)	(15.381)		
Horas Extras		9.781	(38.000)		
		<b>(28.591.426)</b>	<b>(28.728.705)</b>		
<b>Administrativas e Gerais</b>					
<b>a) Materiais</b>					
		<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Reserva Para Obsolescência		(680.562)	(613.001)		
Materiais de Limpeza		(130.263)	(124.103)		
Manutenção e Reparos		(74.654)	(97.900)		
Material de Escritório		(43.326)	(76.474)		
Combustível E Lubrificantes		(21.129)	(33.545)		
Lanches e Refeições		(19.750)	(43.422)		
Despesas Com Xerox		(16.075)	(22.708)		
Despesas Com Veículos		(15.622)	(34.905)		
Vestuários		(15.318)	(11.884)		
Livros, Revistas e Jornais		(13.611)	(9.557)		
Outros Materiais		(11.429)	(26.710)		
Reembolso Combustível		(10.990)	(17.473)		
Materiais P/Ambulatório Médico		(8.626)	(1.758)		
Peças De Reposição		(6.221)	(19.994)		
Amostras e Referência futura		(5.575)	(6.200)		
Utensílios		(3.507)	(1.580)		
Materiais Auxiliares		(2.762)	(41.055)		
Materiais Para Segurança		(1.143)	(6.204)		
Materiais Para Incineração		(788)	(2.734)		
Estacionamento		(702)	(1.168)		
Materiais P/Testes E Análises		(400)	(4.591)		
Multas		-	(776)		
		<b>(1.082.455)</b>	<b>(1.197.160)</b>		
<b>b) Serviços de Terceiros</b>					
		<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Assistência Médica		(2.655.946)	(1.884.941)		
Segurança e Vigilância		(2.386.587)	(2.650.956)		
Serviços de Uniformização		(1.958.809)	(2.116.566)		
Serviços de Limpeza		(1.426.796)	(1.535.545)		
Alugueis		(744.112)	(807.989)		
Creche		(660.513)	(856.263)		
Assistência Contábil e Jurídica		(660.335)	(1.123.789)		
Serv. Programas e Apic. Informática		(641.483)	(686.957)		
Energia Elétrica		(565.841)	(728.111)		
Serviços de Alimentação		(425.189)	(793.341)		
Cesta Básica		(419.840)	(413.533)		
Transporte de Funcionários		(308.053)	(314.061)		
Serviços Especial. Med. Trabalho		(291.171)	(331.895)		
Cartão Alimentação - Convênio		(275.849)	(283.256)		
Água e Esgoto		(261.788)	(260.846)		
Seguros		(230.620)	(277.764)		
Coleta de Resíduos e Incinerações		(154.054)	(175.251)		
Telefones		(128.744)	(127.849)		
Assistência Técnica		(81.199)	(47.391)		
Vale Transporte		(74.549)	(82.837)		
Outras Despesas		(53.355)	(65.248)		
Serviço de Dedetização e Controle de Pragas		(47.837)	(52.152)		
Coleta de Lixo Comum		(42.969)	(49.050)		
Assistência Odontológica		(38.813)	(37.626)		
Passagens Aéreas		(28.910)	(44.204)		
Serviço de despachos aduaneiros		(16.900)	(22.080)		
Coleta e Transporte de Correspondência		(16.681)	(29.033)		
Cursos e Treinamentos		(2.034)	(3.704)		
Despesas com Pedágios		(1.812)	(4.511)		
Condução		(1.626)	(8.014)		
Contribuição Sindical e Associativa		(1.617)	(726)		
Viagens e Estádias		(1.340)	(8.031)		
Anúncios e Publicações		(180)	(1.200)		
Correios		(21)	(93)		
Mensalidade Associativa Alfob		-	(30.000)		
Despesa com Exportação		-	(16.895)		
		<b>(14.605.555)</b>	<b>(15.971.966)</b>		
<b>c) Despesas com Provisões</b>					
		<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Reversão de Prov.p/Crédito de Liquidação Duvidosa		365.910	63.459		
Constituição/Reversão Prov.Fiscais Previd Trabalhistas		12.571.903	3.189.103		
Constituição de Prov.p/Perda de Outros Créditos		(1.575.129)	-		
Outras provisões		(237.605)	-		
		<b>11.125.079</b>	<b>3.252.562</b>		
<b>d) Depreciação</b>					
		<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Unidade Américo Brasiliense		(14.629.896)	(14.776.914)		
Unidade Guarulhos		(656.082)	(828.509)		
		<b>(15.285.978)</b>	<b>(15.605.423)</b>		
<b>e) Reembolso de Despesas e Serviços Prestados - CPM</b>					
		<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Reembolso de Despesas		(6.197.012)	-		
		<b>(6.197.012)</b>	<b>-</b>		
<b>Administrativas e Gerais</b>					
		<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
a) Materiais		(1.082.455)	(1.197.160)		
b) Serviços de Terceiros		(14.605.555)	(15.971.966)		
c) Despesas com Provisões		11.125.079	3.252.562		
d) Depreciação		(15.285.978)	(15.605.423)		
e) Reembolso de Despesas e Serviços Prestados - CPM		(6.197.012)	-		
		<b>(26.045.921)</b>	<b>(29.521.987)</b>		

22 Outras Receitas e Despesas Operacionais		31/12/2020	31/12/2019
Ociosidade (i)	(56.561.021)	(58.608.745)	
Restituição de Verbas - Conv. 819/2016 - Fretes	(817.892)	-	
Recuperação de Despesas e outras Doações Recebidas	902.051	1.711.438	
Multas Contratuais Recebidas	481.598	-	
Indenizações de Seguros	96.666	440.461	
Vendas Diversas	20.767	36.367	
Receita - Convênio HC	10.713	37.046	
	<b>(55.867.118)</b>	<b>(56.251.770)</b>	

(i) A Fundação considera capacidade ociosa o cálculo das horas disponíveis menos as horas trabalhadas de um período contábil, além dos custos fixos diretos não alocados a produção.

23 Resultado Financeiro Líquido		31/12/2020	31/12/2019
Despesas Bancárias	(28.498)	(29.518)	
Juros Incorridos	(3.178.226)	(6.746.407)	
Juros Recebidos	322.061	373.880	
Descontos Obtidos	136.781	195.630	
Variáveis Monetárias	(963.403)	498.611	
	<b>(3.711.285)</b>	<b>(5.707.804)</b>	

**24 Américo Brasiliense**

Em 22 de agosto de 2013 a FURP assinou contrato de Parceria Público-Privada (PPP) com a EMS (concessionária) pelo prazo de 15 anos, para a prestação de serviços de gestão operacional e manutenção de sua fábrica no município paulista de Américo Brasiliense pela CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S.A.

O Contrato de Concessão Administrativa nº 002/2013 foi suspenso parcialmente em 02/01/2020, e tal suspensão foi prorrogada até 30/06/2021 para permitir que a FURP e a CPM encontrem uma resolução amigável para rescisão contratual. Durante este período de suspensão contratual não houve produção de medicamentos, ficando a cargo da Concessionária apenas a manutenção do patrimônio público até o encerramento do término contratual. No exercício de 2020, esse contrato teve o seguinte desempenho:

	31/12/2020	31/12/2019
Vendas de Produtos	-	3.438.237
Receita CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S.A.	6.197.012	95.113.132
Receita Operacional Líquida	6.197.012	98.551.369
Custo dos Serviços Vendidos	-	(2.750.884)
Custo dos Serviços Vendidos - C P M	-	(95.113.132)
Déficit / Superávit Bruto Operacional	6.197.012	687.353
Depreciação	(14.629.896)	(14.776.914)
Reembolso de despesas e serviços prestados - CPM	(6.197.012)	-
Mão de obra de funcionários	(2.143.218)	(1.979.351)
Demais despesas	(438.013)	(45.366)
Outras receitas operacionais	843.007	760.255
Despesas Operacionais	(22.565.132)	(16.041.376)
Resultado não operacional	(5.857)	-
Resultado Financeiro Líquido	(2.665.330)	(6.421.015)
Déficit Líquido do Exercício	<b>(19.039.307)</b>	<b>(21.775.038)</b>

O Déficit do exercício, da unidade de Guarulhos e Américo Brasiliense, é conforme demonstrados a seguir:

	2020	2019
Déficit / Superávit Líquido do Exercício	<b>GRU 15.196.221</b>	<b>AMB (19.039.307)</b>
	(3.843.086)	
Déficit / Superávit Líquido do Exercício	<b>GRU (14.826.958)</b>	<b>AMB (21.775.038)</b>
	(36.601.996)	

**25 Resultado acumulado**

O resultado acumulado negativo de R\$ 117.735.700 é composto do déficit líquido do exercício de 2020 de R\$ 17.470.016 somados ao déficit líquido de exercícios anteriores de R\$ 100.265.684, está sendo incorporado ao patrimônio social em 2020.

**26 Seguros**

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas, decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado e estoques. No exercício de 2020 temos os seguintes registros:

- Apólice riscos diversos – importância segurada R\$ 138.800.000,00 – Axa Seguros S/A.
- Apólice veículos – importância segurada R\$ 253.826,00 – Gente Seguradora.
- Apólice seguro de vida em grupo – importância segurada R\$ 12.341.875,00 – Gente seguradora.
- Apólice transporte nacional – importância segurada R\$ 20.000,00 – Sura Seguros.
- Apólice seguros transportes internacionais – importância segurada - R\$ 2.713.150,00.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A administração e Conselho da Fundação para o Remédio Popular

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação para o remédio popular. ("Entidade") em 31 de dezembro de 2020 que compreendem balanço patrimonial, a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias

empresas (NBC TG 1000 (R1)) e Entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

**Continuidade operacional**

As demonstrações contábeis acima referidas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em sua nota explicativa número 1 à estas demonstrações contábeis, descreve sobre o fato da Entidade possuir dependência de suporte financeiro da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para fazer frente aos compromissos de caixa. A Fundação é integrante do Orçamento Geral do Estado, logo é uma Entidade pública dependente. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

**Outros Assuntos**

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação de opinião em 28 de fevereiro de 2020.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e Entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de março de 2021

**PRIORI SERVIÇOS E SOLUÇÕES, CONTABILIDADE - EIRELI**  
CRC - 2SP 032.444/O-8

**GALILEU DOMINGUES DE BRITO FILHO**  
CRCSP - 239880/O-6